



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO – FACES

MARLON EVANGELISTA DE LIMA

**O USO DAS VÍRGULAS NAS INTERCALAÇÕES EM TEXTOS
OFICIAIS: REFLEXÃO, ANÁLISE E APROPRIAÇÃO**

BRASÍLIA – DF
NOVEMBRO/2013

MARLON EVANGELISTA DE LIMA

**O USO DAS VÍRGULAS NAS INTERCALAÇÕES EM TEXTOS
OFICIAIS: REFLEXÃO, ANÁLISE E APROPRIAÇÃO**

Monografia apresentada ao curso de Letras do Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB, como requisito
parcial à aprovação e à obtenção do grau de licenciado.

Orientador: Prof. MSc. Rodrigo Albuquerque

BRASÍLIA – DF

NOVEMBRO/2013

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender os processos envolvidos no emprego da pontuação, mediante a análise do uso da vírgula em intercalações nos documentos oficiais de determinado órgão federal. A espécie documental, objeto de investigação, foi a nota técnica por apresentar mais aspectos subjetivos do que os outros tipos documentais. Para a fundamentação dos capítulos teóricos, utilizaram-se os estudos de teóricos como Bechara (1999), Cunha & Cintra (2008) e Luft (2009) para o embasamento do viés normativo da pontuação; e os estudos de teóricos como Muniz (s/d), Câmara (s/d) e Silva relacionando-se à perspectiva discursiva. Os seguintes procedimentos metodológicos foram empregados na realização da pesquisa: a análise textual das notas técnicas e a realização de entrevistas com o revisor e com os analistas elaboradores, ambos os procedimentos basearam-se nos métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa. Foram analisadas, ao todo, dez notas, durante o período de duas semanas. Os resultados mostraram que a maioria dos analistas conhece as regras relativas ao emprego da vírgula, principalmente as que se referem à virgulação nas intercalações, mas, ainda assim, não pontuam de forma adequada. Isso demonstra que somente a memorização de regras, por si só, não é suficiente para um bom uso desse sinal, sendo necessário compreender a pontuação em perspectiva mais ampla. Uma das conclusões a que se chegou diz respeito à necessidade de se propor um ensino diferenciado da pontuação, que abranja, entre outros aspectos, o critério discursivo.

Palavras-chave: Vírgula, Intercalação, Textos oficiais, Sinais de Pontuação.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	6
1. OS SINAIS DE PONTUAÇÃO.....	9
1.1 UMA BREVE ABORDAGEM: A PONTUAÇÃO E A NORMA.....	9
1.1.1 O critério prosódico.....	10
1.2 A PONTUAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DISCURSIVA.....	11
2. UMA REFLEXÃO INICIAL: A VÍRGULA NAS INTERCALAÇÕES.....	16
2.1 UMA BREVE DEFINIÇÃO.....	16
2.2 UM EXÍGUO EMBASAMENTO TEÓRICO.....	16
2.3 A NECESSIDADE DE UM NOVO OLHAR.....	17
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
3.1 ESCLARECIMENTOS INICIAIS.....	18
3.2 A ESCOLHA DO ORIENTADOR.....	18
3.3 UMA MUDANÇA OPORTUNA.....	19
3.4 A ROTINA DE TRABALHO.....	20
3.4.1 Os trâmites da nota técnica.....	22
3.5 MÉTODOS EMPREGADOS.....	23
3.5.1 Tipo de pesquisa utilizada.....	23
3.5.2 Formulário de análise.....	24
3.5.3 Exame documental.....	24
3.5.4 Entrevistas.....	25
3.5.5 Um retorno interventivo.....	26
4. ANÁLISE DE DADOS.....	27
4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA.....	27
4.1.1 Interpretação dos dados.....	29
4.1.1.1 Processo de elaboração.....	29
4.1.1.2 Processo de revisão.....	30
4.2 ANÁLISE QUALITATIVA.....	30
4.2.1 Entrevista com o revisor Geraldo.....	30
4.2.2 Entrevista com os analistas.....	32
4.2.2.1 Reinaldo.....	32
4.2.2.2 Laisa.....	32
4.2.2.3 Ana Cláudia.....	33
4.2.2.4 Marcos.....	33
4.2.2.5 Luiz Roberto.....	34
4.2.2.6 Alberto.....	34
4.2.2.7 Bruno.....	35
4.2.3 Análise geral.....	36
4.2.3.1 Extensão.....	37
4.2.3.2 Conteúdo semântico.....	37

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....39
REFERÊNCIAS.....42
ANEXOS.....44

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Entre os diversos recursos envolvidos na elaboração de um texto escrito, está a pontuação, fator mais importante do que se supõe, já que sua utilização é um processo amplo, não envolvendo somente critérios sintáticos (estruturais), como, geralmente, supõe-se; mas evidenciam-se também outros aspectos, entre os quais estão as escolhas do produtor do texto, a produção de sentidos, o contexto enunciativo, o respectivo gênero textual e a orientação ritmo-semântica.

Um texto bem pontuado, além de proporcionar plena compreensão do assunto por parte de quem lê, demonstra o domínio de seu elaborador quanto às competências comunicativas. Já a má utilização da pontuação compromete o entendimento do texto, gerando, inclusive, uma avaliação negativa sobre quem o elaborou.

Demonstrada, de maneira breve, a relevância da pontuação na escrita, parte-se para outra questão de suma importância: o ensino desse recurso textual nas escolas. Ao longo de todo o período escolar, nota-se um comportamento similar da maioria dos professores de Língua Portuguesa. Dessa forma, ao ensinarem esse conteúdo aos alunos, limitam-se a apresentar ao aluno uma série de regras gramaticais referentes à pontuação, não demonstrando, assim, as diversas possibilidades de se pontuar um texto, nem desenvolvendo a competência discursiva do estudante, mediante atividades de escrita e reescrita textual.

Desse modo, não basta ao professor propor ao aluno que elabore um texto dissertativo, corrigindo-o e atribuindo-lhe uma nota. É importante relacionar o ensino dos sinais de pontuação com as atividades de escrita, demonstrando as possibilidades de se pontuar um texto, os efeitos de sentido decorrentes da permuta de cada sinal e a influência do gênero textual na utilização dos sinais gráficos.

Entretanto, essas estratégias didáticas nem sempre são empreendidas pelo professor de Língua Portuguesa, de modo que o aluno conclui o ensino médio sem saber empregar, de maneira efetiva, os sinais de pontuação, utilizando-os de maneira intuitiva ou guiando-se por critérios acústicos.

Abordando as consequências desse ensino de forma mais ampla, é possível afirmar que esse aluno, ao se inserir no mercado de trabalho, levará consigo essa defasagem, não conseguindo atender, de maneira proficiente, às demandas sociais de uso da língua. Além disso, há grande

possibilidade de que a referida defasagem continue a acompanhá-lo, mesmo depois do término de seu curso superior.

Na tentativa de se confirmar essa percepção em relação ao ensino da pontuação, e, com base nisso, sugerir-se a utilização de métodos eficazes de ensino desse recurso textual, foi proposto um trabalho com o seguinte questionamento: a vírgula é empregada, de maneira eficaz, nas intercalações em textos oficiais? Para se responder a essa questão, propõe-se, na investigação em pauta, analisar alguns textos dos documentos de determinado órgão federal.

Por intercalações, entende-se serem termos ou orações, reduzidas ou desenvolvidas, inseridos no interior de uma oração, separando seus constituintes: o sujeito de seu verbo, ou o verbo de seu complemento. Qualquer sequência intercalada deverá estar entre vírgulas, indicando o deslocamento dessa construção de sua ordem padrão para o entremeio da oração.

O referencial teórico do trabalho compõe-se de dois capítulos. O primeiro abordando a pontuação numa perspectiva mais ampla, englobando aspectos normativos, prosódicos e discursivos, relacionados ao ato de pontuar um texto; o segundo tratando da pontuação de forma mais específica, ou seja, versando sobre o emprego da vírgula nas construções intercaladas. Para o embasamento de ambos os capítulos, utilizaram-se, no que diz respeito ao viés normativo, teorias de alguns gramáticos consagrados pela tradição, entre eles Almeida (1999), Bechara (1999), Faraco & Moura (1999), Rocha Lima (2002), Cunha & Cintra (2008) e Luft (2009). Em relação ao viés discursivo, serviu-se de vários autores de artigos e dissertações de mestrado, como Câmara (s/d), Muniz (s/d), Ferreira (2008), Silva (2009), entre outros.

Em relação aos procedimentos adotados na realização da pesquisa, o capítulo metodológico propõe-se a descrever cada passo empreendido na realização deste trabalho, isto é, desde a escolha do objeto de pesquisa até os procedimentos adotados na análise da pontuação dos textos das notas técnicas¹, visando perceber como são pontuadas as intercalações nesses textos. Além disso, o capítulo tem por objetivo explicar, de forma breve, a rotina do órgão em questão, bem como apresentar o relato de entrevistas realizadas com o revisor das notas e com os analistas responsáveis por elaborar essa espécie documental.

¹ Documento elaborado por técnicos especializados em determinado assunto. Difere do Parecer pela análise completa de todo o contexto, devendo conter histórico e fundamento legal, com base em informações relevantes. É formal e impessoal, não podendo ser utilizada a primeira pessoa. Além disso, essa espécie documental oferece alternativas para tomada de decisão.

Por fim, o capítulo de análise de dados tem por finalidade examinar, com base nos métodos empreendidos na realização da pesquisa, os dados obtidos ao longo dessa investigação, chegando-se, mediante esse estudo, a possíveis conclusões. Num primeiro momento, neste capítulo, pretende-se realizar uma análise quantitativa das informações coletadas no estudo, objetivando, posteriormente, embasar uma análise qualitativa, que, neste trabalho, propõe-se a investigar os processos envolvidos no ato de pontuar os textos das notas técnicas, avaliando, assim, o grau de domínio do elaborador, sua intencionalidade, o que está subjacente a suas escolhas, entre outros aspectos.

1 OS SINAIS DE PONTUAÇÃO

1.1 UMA BREVE ABORDAGEM: A PONTUAÇÃO E A NORMA

Cunha & Cintra (2008) explicam que a língua escrita não dispõe da variedade de recursos rítmicos e melódicos presentes na fala. Afirmam que, para suprir tal carência, ou para se aproximar ao menos da elocução oral, a língua escrita utiliza o recurso da pontuação. Eles ainda fazem uma divisão entre os sinais de pontuação, classificando-os em dois grupos: o primeiro grupo compõe-se dos sinais que marcam as pausas: vírgula, ponto e o ponto-e-vírgula; o segundo dos sinais que marcam a melodia, entonação: dois pontos, o ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, aspas, parênteses, colchetes e o travessão. Apesar de haver essa distribuição, esses autores explicam que essa cômoda divisão não é rigorosa, já que tais sinais indicam, concomitantemente, a melodia e a pausa. Os teóricos em questão também expõem outros sinais indicadores de expressividade: o hífen, o parágrafo, as letras maiúsculas e o emprego de vários tipos de cores dos caracteres de imprensa: itálico, negrito, versaleta *etc.*

Já Faraco & Moura (1999) apresentam similaridade quanto à definição de pontuação, ao afirmarem que esta é a utilização dos sinais gráficos para a tentativa de reconstituição de determinados recursos específicos da língua falada.

Ribeiro (1885), citado por Almeida (1999), avança ao definir pontuação como o procedimento responsável por dividir, por meio de sinais gráficos, as partes do discurso que não se relacionam de forma íntima, e por delimitar claramente os vínculos existentes entre tais partes.

Segundo Bechara (1999), a construção do enunciado não se dá por meio de um amontoado de palavras e orações, organiza-se por princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, tendo com referência unidades melódicas e rítmicas. Sem tais unidades, o enunciado mostra-se prejudicado em sua função comunicativa. Assim, de acordo com esse autor, os sinais de pontuação têm a função de garantir solidariedade sintático-semântica, de modo que textos mal pontuados podem trazer efeitos prejudiciais à comunicação.

Dessa forma, Bechara (1999) afirma que a pontuação pode ser compreendida de duas maneiras: em sentido amplo e em sentido estrito. O primeiro caso abrange os sinais de pontuação propriamente ditos, que realçam e valorizam o texto. São eles: títulos, rubricas, margens e

escolha de espaços e de caracteres. O segundo caso abrange os sinais gráficos tradicionalmente conhecidos: vírgula, ponto-e-vírgula, ponto final, ponto de exclamação, reticências; e os sinais de comunicação e mensagem: dois pontos, aspas simples, aspas duplas, travessão simples, travessão duplo, parênteses, colchetes e, finalmente, chaves.

A perspectiva de Bechara (1999), em relação à pontuação, dialoga com o que é proposto neste trabalho, já que a definição adotada por ele abrange a pontuação numa noção mais ampla, considerando, inclusive, a função comunicativa do enunciado.

1.1.1 O critério prosódico

Luft (2009) tece um importante esclarecimento sobre a pontuação, afirmando que o ato de pontuar em língua portuguesa não obedece a critérios prosódicos, como muitos usuários da língua supõem, mas sim a critérios sintáticos. Esse autor assume que grande parte dos erros de pontuação tem relação com o fato de a virgulação ser orientada segundo critérios acústicos.

Dialogando com Luft (2009), Leal & Guimarães (2002) esclarecem que admitir o caráter prosódico da pontuação não significa afirmar que essa função é a mais importante, pois, assim, estar-se-ia afirmando que existe relação direta entre respiração e pontuação. Se assim fosse, qualquer usuário da língua teria a completa liberdade para pontuar, e os outros critérios, válidos por sinal, para nada serviriam, criando-se textos sem padrão algum.

De acordo com Silva (s/d), há uma valorização do emprego adequado da pontuação pelas pessoas letradas, todavia o ensino-aprendizagem desse recurso textual, já há muito tempo, pauta-se exclusivamente pelo viés normativo. Apesar disso, as pessoas com maior letramento não tomam consciência da relação existente entre os sinais de pontuação e as terminologias sintáticas, e acabam por empregar a vírgula guiando-se pela audição, isto é, relacionam o emprego desta às pausas na respiração: de forma intuitiva, na maior parte dos casos. Segundo ele, pontuar dessa forma resulta em textos improdutivos, pois a pontuação equivocada interfere na constituição dos sentidos. Assim, grande parte dos problemas no ensino provém, principalmente, do fato de o professor utilizar somente o viés prescritivo, fato não muito viável, já que os compêndios gramaticais não conseguem abranger todas as formas de se pontuar um texto.

Ainda em relação a esse critério, Ferreira (2008) admite que grande parte dos alunos desconhece o emprego do ponto-e-vírgula, admitindo que pontuam por intuição, deixando-se

guiar as pausas da fala. Ele afirma ainda que muitos deles associam a vírgula às pausas respiratórias presentes no texto, empregando os sinais de pontuação sem saber a função de cada um deles.

Outro autor que traz em pauta o critério prosódico da pontuação é Azeredo (2008), segundo o qual é tradição afirmar que alguns sinais de pontuação, como a vírgula, o ponto-e-vírgula, o ponto e os dois pontos, correspondem a uma pausa na fala. Segundo ele, o leitor, ao ler em voz alta, faz naturalmente essa pausa, mas isso nem sempre é confirmado em todas as situações, já que, na espontaneidade de um monólogo, por exemplo, há inflexões resultantes de hesitações ou manifestações psicológicas que não podem ter um registro em forma de texto escrito. Assim, no processo de comunicação informal, seria possível encontrar pausas não passíveis de registro escrito, ou ausência de pausa, caso em que a linguagem formal escrita poderia assinalar.

Faraco & Moura (1999) também ratificam que a vírgula nem sempre representará uma pausa, pois o que justifica seu emprego não são critérios de ordem prosódica (pronúncia), e sim ordem sintática.

Luft (2009) afirma que é necessária uma boa intuição das estruturas sintáticas, para não virgular segundo critérios de pausa. Intuição, pois, segundo ele, as regras contidas nas gramáticas são precárias, não conseguindo abarcar todos os casos particulares. Dessa forma, segundo esse autor, pontuar, de forma adequada, é sinônimo de conhecer bem a estrutura da frase e do pensamento, é ter ordem em relação ao modo de pensar, de se expressar. O autor ainda ressalta a importância da análise sintática como medida para evitar erros de pontuação, isto é, a relevância de se exercitar sintaxe, para se ter um conhecimento acertado no que se refere à pontuação.

1.2 A PONTUAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DISCURSIVA

Apesar de ser regido por normas gramaticais, o ato de pontuar não se sujeita somente às prescrições gramaticais, já que é um processo amplo, não abrangido em sua essência pelos compêndios gramaticais. Essa percepção é proposta em Silva (s/d), ao afirmar que os manuais de

gramática não são capazes de abranger todos os aspectos referentes à pontuação, já que a escrita é um processo dinâmico, dependente das relações estabelecidas entre os interlocutores.

Lauria (1989), citada por Silva (s/d), relaciona o pontuar ao ato de dirigir, afirmando que, para se locomover, é necessário conhecer certas regras. Dessa forma, a autora destaca que, da mesma forma que cada um tem uma maneira de dirigir, também existem várias maneiras de pontuar; todavia, em ambos os casos, há certas regras que não podem ser desobedecidas. Podem-se citar, por exemplo, dois casos em que não se permite o emprego da vírgula: para separar o sujeito de seu verbo e para separar o verbo de seu complemento, tendo a justificativa de que esses elementos mantêm ligação íntima entre si, não podendo ser afastados por meio da utilização desse sinal (ALMEIDA, 1999).

Silva (s/d) destaca que, para o alcance do domínio (mesmo que básico) das regras de pontuação, deve-se considerar, por parte dos educandos, a importância do aspecto subjetivo no tocante ao emprego desses recursos textuais. Não é o que se nota, pois grande parte dos professores mostra ao aluno somente a norma, deixando de lado a questão subjetiva do ato de pontuar. Em outras palavras, o aluno, desde as séries iniciais, lida somente com a parte prescritiva da pontuação, ou seja, com o que é apresentado nas gramáticas normativas, não tendo noção de que a pontuação também é indicadora de marcas pessoais, que, dependendo da intenção de quem pontua, há variação no modo de pontuar.

Apesar de a subjetividade fazer parte da produção textual e do modo de pontuar, Silva (s/d) sustenta que é necessário que se estabeleçam critérios básicos para a construção dos efeitos de sentidos pretendidos, ou seja, a pontuação, apesar de conter aspectos subjetivos, não deve ser arbitrária, pois, segundo Vanzing & Marmentini (2012), o emprego errôneo dos sinais de pontuação pode ocasionar ambiguidades e prejudicar o entendimento do texto. Além disso, o leitor que não se deixa guiar pelos sinais de pontuação acaba por não entender o que está lendo, além de não ser entendido pelos que ouvem sua leitura. Assim, uma adequada pontuação possibilita um pensamento lógico e claro, gerando total compreensão em quem ouve ou lê.

Câmara (s/d) destaca três pontos essenciais em relação ao emprego dos sinais gráficos: o primeiro diz respeito à pontuação como produção de sentidos no texto escrito; o segundo refere-se à possibilidade de uma pontuação baseada numa orientação ritmo-semântica, que se justifica pela tradição histórica da língua: fato observável nos textos literários; e o terceiro relaciona-se

com a possibilidade de fuga às normas dos compêndios gramaticais, considerando-se dois aspectos: as intenções de quem produziu e o respectivo gênero pertencente a determinado texto.

Assim, segundo essa autora, pontuando um texto de determinado modo, o autor deixa transparecer determinado propósito, que, inclusive, pode provir da finalidade social do material produzido. Dessa forma, a autora considera como relevante, no que diz respeito à pontuação, a relação entre a utilização desse recurso e os gêneros textuais, já que cada um deles organiza-se de uma forma, obedece a determinados princípios de enunciação e a determinados propósitos de produção. Um texto literário, a depender do autor que o elaborou, trará, em sua estrutura, determinada pontuação, condizente com seus objetivos estéticos e literários; todavia, não ocorrerá o mesmo com relação à pontuação de um parecer, que, por ser um gênero pertencente à situação mais formal, será pontuado de maneira a gerar a melhor compreensão possível, sendo, assim, menos suscetível a aspectos subjetivos e expressivos.

No que diz respeito à pontuação e aos gêneros textuais, Muniz (s/d) admite que os últimos são influenciados pela época de sua produção. Assim, segundo ela, no português atual, nota-se, na prosa ficcional e em gêneros dela derivados, certa preferência por frases curtas, coordenadas, de forma que as orações complexas dão lugar às simples, para que determinadas sequências sejam realçadas; recurso não utilizado, de modo algum, numa pontuação mais tradicional. Essa inovação no uso dos sinais de pontuação decorre da rapidez da informação vivida nos dias de hoje, em que economia de tempo é fundamental.

Muniz (s/d) ainda acrescenta que o contexto e a intenção enunciativa influenciam a pontuação, de modo que, considerando-se esses elementos, podem-se omitir ou intercambiar sinais. Um exemplo utilizado pela autora é a possibilidade da substituição da vírgula pelo ponto ou ponto-e-vírgula, nos seguintes trechos: *Não. Respondeu estremecendo / Não; admiro o esplendor da noite*. Portanto, segundo ela, cada situação em particular determinará a escolha do sinal de pontuação a ser empregado, resultando dessa escolha nuances de significado. A autora também afirma que a pontuação é um fator de coerência, visto que orienta o leitor no processo de leitura. O que ratifica essa ideia é o fato de que há situações em que os conectivos são dispensados e a coerência é estabelecida mediante os sinais de pontuação.

Câmara (s/d) admite que pontuar não é somente empregar determinados sinais gráficos, tendo como base somente o critério gramatical. Segundo ela, pontuar é um processo que envolve a subversão de modelos, que envolve o estabelecimento de padrões, para que se possa alcançar

determinada intenção. É o que também é proposto em Silva (2011), ao afirmar que os sinais de pontuação demonstram os traços de subjetividade presentes no texto escrito e os respectivos efeitos de sentido decorrentes de tais sinais. Além disso, a pontuação revela marcas pessoais, pois a maneira de se pontuar não depende apenas do que é prescrito gramaticalmente, mas depende também das escolhas estilísticas de cada usuário da língua.

A pontuação não é um instrumento utilizado para elucidar textos de difícil compreensão, mas é um elemento capaz de orientar o leitor no processo de leitura. Todavia, para que tal orientação seja efetiva, deve o leitor ter o conhecimento dos diversos empregos, percebendo fatores de natureza rítmica, entonacional e gramatical. Assim, aceitar diferentes formas de emprego dos sinais gráficos é fundamental, pois a escolha feita pelo autor do texto é que mostrará se determinada ideia ou determinado ritmo merecem destaque, indo, desse modo, além do critério sintático (CAMARA, S/D).

Catach (1980), citado por Leal & Guimarães (2002), assegura que o sentido, a entonação, as pausas e a sintaxe, por serem inseparáveis, interferem nas decisões de como pontuar. Seguindo esse pensamento, a autora afirma existirem três funções básicas da pontuação: prosódica, de organização sintática e suplementação semântica, sendo esta função subjacente às demais, e que envolve as escolhas do produtor do texto, capazes de gerar diversos efeitos de sentido. Nela, há grande flutuação e liberdade no que se refere à pontuação, pois a escolha de cada sinal dá-se em virtude do contexto enunciativo e da intencionalidade do produtor do texto.

A pontuação atribui sentido à língua escrita, já que os sinais de pontuação são responsáveis pela constituição de sentido, respaldada na enunciação. Utilizando-se a pontuação, o interlocutor constrói o sentido almejado pelo autor do texto. Assim, nem sempre são regidos pela norma, visto que, no processo de pontuação de um texto, serve-se da intenção da comunicação ou da interação que é estabelecida entre escritor e leitor. Portanto, os sinais de pontuação constituem operação enunciativa de produção de sentido, não estando sujeitos a regras de aplicação mecânica (FERREIRA, 2008).

Muniz (s/d), seguindo a mesma linha de pensamento, afirma que, mesmo havendo regras que normatizam a maneira de pontuar, estas poderão ser flexibilizadas, objetivando atender aos critérios de expressividade e às exigências de cada gênero textual; em outras palavras, o contexto enunciativo determinará, categoricamente, a forma de organização do texto, especialmente no que se refere à sua pontuação.

Silva (2009) propõe reflexão sobre a possibilidade de permuta entre os sinais de pontuação, atentando-se para os efeitos de sentido gerados nessa troca. Segundo ele, ao se realizar a primeira leitura de um texto, pode-se pensar que há apenas uma maneira de pontuar; todavia, ao se observar mais atentamente, percebe-se que existem outras possibilidades de pontuação.

A pontuação associa-se, mais comumente, à sintaxe e/ou à prosódia, todavia pode sujeitar-se, em determinados contextos, às necessidades discursivas do enunciador, submetendo-se tanto às circunstâncias do discurso como aos efeitos de sentido pretendidos. Logo, o caráter discursivo da pontuação deriva do fato de que todo texto produz-se em determinada situação comunicativa concreta, o que faz com que determinados sinais de pontuação adquiriram valores discursivos. Pode-se citar o caso dos dois pontos, sinal responsável por anunciar a informação subsequente (valor catafórico); o caso das reticências, que, por vezes, podem gerar o suspense; ou o caso das diversas emoções expressas pelo ponto de exclamação. Assim, o usuário da língua realiza suas intenções estéticas mediante o uso dos diversos valores adquiridos pela pontuação, principalmente no que se refere aos valores afetivo e expressivo (MUNIZ, S/D).

Ao escrever, o locutor traz consigo a imagem do outro, escolhendo a palavra e o tipo de pontuação condizente com seu leitor. Embora pareça algo inconsciente, o sujeito-autor, quando constrói seu discurso de forma ideológica, orienta-se pela alteridade² (BAKHTIN, 2001, citado por SILVA, 2011). Portanto, no processo de escrita de qualquer gênero textual, há associação à voz do outro; por isso, quando se escreve e se pontua, pensa-se no outro (atitude responsiva).

Outro autor que segue o critério da alteridade é Ferreira (2008), ao admitir que pontuar é uma adequação do enunciador do discurso escrito para o outro/leitor, não se tratando, porém, de algo intuitivo ou aleatório, já que alguns critérios devem ser seguidos para tal adequação. Entre eles estão: a oralidade, os aspectos sintáticos e semânticos do texto escrito, e a leitura.

Considerando-se a discussão teórica nesse tópico, percebe-se que pontuar um texto é mais do que empregar regras gramaticais, guiando-se unicamente pelo critério sintático; ou pontuar de forma intuitiva, guiando-se pela prosódia, uma vez que há diversas possibilidades de se pontuar um texto. Para isso, devem-se considerar, entre vários aspectos, o contexto enunciativo, o leitor e os efeitos de sentido almejados.

² Segundo Furtado (s/d), alteridade é a condição de se colocar no lugar do outro na relação interpessoal, de modo que se existe a partir do outro, da visão do outro.

2. UMA REFLEXÃO INICIAL: A VÍRGULA NAS INTERCALAÇÕES

2.1 UMA BREVE DEFINIÇÃO

Como foi explicitado no capítulo introdutório, intercalação é a inserção de termos ou orações no interior de uma oração, interrompendo sua ordem lógica, isto é, separando seus constituintes: o sujeito de seu verbo, ou o verbo de seu complemento. Os termos intercalados podem vir sob a forma de conjunções, advérbios, palavras e locuções denotativas; já as orações intercaladas podem vir na forma desenvolvida ou reduzida. Os compêndios gramaticais tratam a virgulação nessas estruturas de forma bastante superficial, todavia há alguns teóricos que abordam o assunto de maneira mais esclarecedora.

2.2 UM EXÍGUO EMBASAMENTO TEÓRICO

Almeida (1999), Dequi (2002), citado por Vanzing & Marmentini (s/d), e Luft (2009) tecem considerações similares quanto ao emprego da vírgula nas estruturas intercaladas, asseverando que qualquer estrutura intercalada: palavras, expressões, orações explicativas ou corretivas, que romper com a ordem normal de colocação dos termos de uma oração deve vir entre vírgulas, mais especificamente, entre duas vírgulas, as denominadas vírgulas-parênteses.

Rocha Lima (2002), inclusive, recomenda que, em casos de intercalação muito longa ou de dar destaque a determinada palavra, deve-se utilizar o travessão. Já com relação a palavra, expressão ou oração intercalada que se desalinhe do fio discursivo-sintático, Rocha Lima (2002) sugere empregar os parênteses.

Bechara (1999), Cunha & Cintra (2008) e Faraco & Moura (1999) não se aprofundam no que diz respeito às intercalações, limitando-se a listar uma ou duas regras de virgulação entre as várias que há. Assim, Bechara (1999) cita dois casos relacionados à intercalação, ensinando que se deve utilizar a vírgula na separação de orações intercaladas, e quando houver a interrupção de ideias, por meio da interposição de uma reflexão ou juízo de valor.

Cunha & Cintra (2008) restringem-se a indicar, em uma de suas regras, que a vírgula serve para destacar as orações intercaladas. Por fim, Faraco & Moura (1999) também tratam desse assunto de maneira limitada, ensinando que a vírgula deve ser utilizada para separar orações intercaladas.

2.3 A NECESSIDADE DE UM NOVO OLHAR

Tomando por base a parca abordagem do tópico anterior relacionada às intercalações, nota-se grande necessidade de um maior aprofundamento nos estudos sobre esse tipo de estrutura, pois essas construções são utilizadas, - com mais frequência do que se supõe -, nos diversos gêneros textuais que circulam pela sociedade, principalmente nos que provêm de situações mais formais.

Esse tipo de estrutura também advém de diálogos informais, demonstrando as hesitações de quem fala, bem como as intenções desse falante ao empregar esse tipo de estrutura.

Ratificando o que se expôs, quem faz esse tipo de interposição, no discurso oral ou escrito, tem a intenção de alertar o ouvinte/escritor para o conteúdo objeto da antecipação, dando destaque a essa informação.

No que se refere à pontuação em geral, pode-se afirmar que, além das regras referentes à vírgula nas intercalações, algumas também são escassas, como, por exemplo, as regras relacionadas ao emprego da vírgula nos adjuntos adverbiais, já que, considerando-se a extensão desses adjuntos (curtos ou longos), pode-se ou não empregar a vírgula, não ficando claro, nessas regras, qual a melhor maneira de se pontuar.

O que se propõe, neste capítulo e no anterior, é a realização de estudos que levem em consideração outros aspectos, principalmente o tópico discursivo, já que este engloba questões como a subjetividade, a intencionalidade e o contexto enunciativo. Portanto, quem utiliza uma intercalação o faz com determinada intenção, com determinado propósito, visando obter os efeitos de sentido pretendidos e, assim, alcançando seus objetivos comunicativos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ESCLARECIMENTOS INICIAIS

O surgimento deste trabalho, com o referido tema, não se deu da forma inicialmente planejada, pois, apesar da enorme aspiração por se produzir uma pesquisa voltada para uma questão específica da gramática normativa, cogitou-se, em princípio, criar um trabalho cujo tema fosse menos complexo, que não necessitasse de uma investigação minuciosa. Essa decisão foi tomada em decorrência dos vários relatos sobre a temida monografia, o trabalho final responsável por afligir qualquer estudante prestes a se formar. Por esse receio, chegou-se à conclusão de que seria mais adequado desenvolver uma pesquisa mais modesta. Dessa forma, no 5º semestre do curso, com a orientação do professor de metodologia, deu-se o primeiro passo para o início da monografia: elaborou-se um projeto de pesquisa versando sobre o tema "Problemas no ensino-aprendizagem de gramática no Ensino Médio". Ao se elaborar o projeto, poucas dificuldades foram encontradas, pois se tratava de um tema pouco complexo, constantemente abordado em trabalhos de conclusão de curso, e, inclusive, visto, com frequência, ao longo de todos os semestres.

Apesar de o projeto de pesquisa ter sido elaborado no referido semestre, só se daria início ao trabalho de conclusão de curso no 7º semestre, consequência da grade curricular vigente. No intervalo entre o 5º e o 7º semestres, buscou-se pesquisar sobre o assunto, de modo que algumas leituras foram realizadas: *Que gramática estudar na escola* (Neves, 2004); *Ensino de Gramática* (Vieira & Brandão, 2007); e *Gramática e Interação* (Travaglia, 1996).

3.2 A ESCOLHA DO ORIENTADOR

O 7º semestre iniciou-se repleto de expectativas em relação ao trabalho monográfico, apesar do pouco entusiasmo relacionado ao tema escolhido, pois, na realidade, como foi exposto anteriormente, anelava-se realizar uma pesquisa cuja temática tratasse de um ponto específico da gramática, e não de uma questão didática, como ficou estabelecido. Antes de se conhecer o orientador do trabalho monográfico, foi necessário assistir a algumas aulas ministradas pelo professor responsável pelo encaminhamento dos orientandos ao respectivo professor orientador.

Tal professor, durante essas aulas, expôs, de forma sucinta, os pontos principais da elaboração de uma monografia, elencando as características típicas e os aspectos imprescindíveis desse tipo de trabalho. Outro aspecto relevante em relação às primeiras orientações foi a inserção dos temas dos orientandos em três eixos: um relacionado à literatura, outro ao ensino da língua materna e outro à gramática. Além disso, o professor revisou os projetos de pesquisa, objetivando encontrar possíveis inadequações, para, então, solicitar aos orientados os devidos ajustes. Havia prazo para a entrega da versão final dos projetos de pesquisa, e, como é de praxe, os que fossem entregues fora do tempo determinado não seriam recebidos. Apesar da evidente insatisfação com o tema, não havia mais tempo para quaisquer alterações no projeto, restando conformar-se com o que, de início, fora escolhido. Ao término das aulas de orientação inicial, foi indicado a cada aluno seu respectivo orientador, dando-se prosseguimento à elaboração da monografia.

3.3 UMA MUDANÇA OPORTUNA

Nos primeiros contatos com o professor orientador, foi-lhe apresentado o projeto, para que esse esboço servisse de base para o trabalho definitivo. Esse foi o momento decisivo para a pesquisa, pois, percebendo a proposta do tema, propôs alterá-la, afirmando que era necessário apenas adaptar o projeto. A alteração sugerida mostrou-se bastante adequada, encorajando, então, a escolha de um tema desejado, que tratasse especificamente de um aspecto gramatical. Todavia, ainda se encontrava dificuldade, já que, havendo uma multiplicidade de temas, não seria tarefa fácil efetuar uma escolha.

Apesar do dilema encontrado, não se pôde deixar de lado a contribuição do orientador para a escolha do objeto de pesquisa, pois, nos contatos iniciais de orientação, este sugeriu que se elaborasse uma pesquisa relacionada a um aspecto gramatical presente na rotina de trabalho do pesquisador, que é, atualmente, em determinado órgão público federal. Com uma sugestão tão oportuna, não restava mais dúvida de onde iniciar a investigação. Entre os vários temas debatidos, escolheu-se o emprego da vírgula nas orações adjetivas nos textos oficiais. Entretanto, nas primeiras análises documentais, percebeu-se uma ocorrência mínima de tais casos, fato que inviabilizaria a coleta de dados, já que não seriam suficientes para dar continuidade ao exame. Analisando-se, de forma mais minuciosa, os textos, percebeu-se uma ocorrência maior de

estruturas intercaladas, ponto que favoreceu a escolha do tema: o emprego da vírgula nas intercalações.

3.4 A ROTINA DE TRABALHO

Para se compreender a metodologia empregada ao longo da pesquisa, faz-se necessário explicitar a rotina laboral do referido órgão. Todavia, pelo número considerável de atribuições exercidas no cargo, é relevante elencar somente as competências que se relacionem diretamente com o objeto da pesquisa. Por ser um órgão do Governo Federal, seu nome, o nome de seus órgãos subordinados e de seus servidores não foram revelados, resguardando-se, assim, um dos princípios constitucionais da Administração pública: o *princípio da impessoalidade*. Assim, os nomes utilizados neste trabalho são meramente fictícios.

O órgão em questão é uma secretaria, ou seja, unidade de determinado ministério, localizada na Asa Norte, bairro do Plano Piloto de Brasília. Essa secretaria compõe-se de departamentos, assessorias técnicas, secretarias adjuntas e coordenações. Desse modo, o quantitativo dessa composição assim se resume: quatro departamentos, duas assessorias técnicas, três secretarias adjuntas e nove coordenações. Apesar dessa constituição, são relevantes para esta pesquisa somente os departamentos, uma das coordenações e uma das secretarias, em virtude de as outras divisões não apresentarem uma demanda significativa no que se refere à produção de documentos, exercendo, em sua maioria, atividades de assessoramento. A secretaria é responsável pelo processo de revisão e expedição de documentos que são elaborados pelos departamentos. Essa divisão recebeu a denominação fictícia de SECREV (Secretaria de Revisão), sendo o local em que se obtiveram todos os dados relacionados à investigação proposta. A outra divisão, a coordenação, tem a incumbência de revisar legalmente (de acordo com a lei) os documentos. Esse setor recebeu a denominação de CRELEG (Coordenação de Revisão Legal). Já o conjunto departamental recebeu a seguinte nomeação: D1, D2, D3 e D4.

A SECREV é composta por cinco membros: três agentes administrativos e dois analistas. Os primeiros exercem funções meramente administrativas, como numeração, controle, xerox e expedição de documentos. Os segundos exercem funções de revisão de documentos, acompanhando as espécies documentais em todo o processo de elaboração, ou seja, do momento em que são produzidos até a situação em que são expedidos pelos agentes. Um dos analistas, por

codinome de Patrícia, é chefe dessa divisão e uma de suas atribuições é revisar aspectos técnicos, relativos à atividade-fim do órgão, dos textos dos documentos; já o outro, além de ter a mesma incumbência, revisa aspectos gramaticais. Apesar de este analista exercer a revisão gramatical, não tem formação em Letras, substituindo, atualmente, outra analista, egressa, formada nesse curso e responsável por esse tipo de revisão. Esse revisor, cujo nome fictício é Geraldo, tem formação em contabilidade e ingressou no órgão por meio de concurso público. Anteriormente à saída da analista, Geraldo não exercia a revisão gramatical dos textos, procedendo somente à revisão técnica. Logo após a ausência daquela, foi-lhe dado um cargo em comissão para que exercesse também as correções gramaticais.

À CRELEG incumbe exercer a assessoria nos departamentos, nas secretarias, nas assessorias e nas coordenações, bem como revisar o texto documental de cada um deles, segundo a legislação específica para atividade-fim do órgão. Essa divisão compõe-se de quatro analistas, todavia somente um deles tem a competência de adequar legalmente os textos. Este recebeu o nome de Luiz Gonzaga.

Cada departamento é vinculado a uma área específica: econômica, infraestrutural, social, fiscal, entre outras. Em decorrência disso, essas divisões executam suas atividades baseando-se no campo a que pertencem. Fazem a expedição de documentos, segundo as demandas exigidas pelo órgão, de modo que, a depender da época do ano, tais demandas sofrem variações, ora sendo poucas, ora sendo excessivas. Todos os documentos elaborados pelos departamentos devem passar pelo crivo da SECREV, para que possam ser revisados e, posteriormente, despachados a outros órgãos, cumprindo as funções da instituição. Os elaboradores de tais documentos têm o cargo de *Analista*, função exercida por servidores públicos aprovados em concurso de nível superior promovido pelo órgão, ou por funcionários ocupantes de cargos em comissão, com nível universitário. Além dos cargos de analista, há os cargos de gerente, chefe da coordenação, e diretor, chefe do departamento.

Por ser proveniente de um órgão do poder público, toda documentação é elaborada segundo os princípios da Redação Oficial, maneira pela qual são redigidos os atos normativos e as comunicações oficiais. Em outras palavras, o responsável pela elaboração desses expedientes redige seu texto baseando-se na norma padrão e na linguagem prescrita pelas gramáticas normativas e pelo Manual de Redação Oficial da Presidência da República. Desse modo, além de ser redigido com concisão, clareza e impessoalidade, o documento deve estar de acordo com as

exigências da gramática normativa, seguindo, adequadamente, critérios de acentuação, regência e pontuação.

O principal objetivo da pesquisa foi investigar minuciosamente o processo de elaboração dos documentos, ou seja, perceber se, na produção desses atos oficiais, o órgão observou os critérios supracitados. Apesar de haver várias espécies documentais, tomou-se por escolha o tipo documental nota técnica, pelo fato de seu texto apresentar-se menos padronizado do que as outras espécies de documento, tornando mais perceptíveis os traços de subjetividade de quem a elaborou. Outro fator preponderante nessa escolha foi a maior demanda de produção, que chegou, no período analisado, ao quantitativo de duas notas técnicas por dia de expediente: ocorrência considerada alta, já que, em outros períodos, são elaboradas de duas a três notas por semana. Um último objetivo é a melhoria do ato de revisão, já que, sendo bem elaborado o documento, evitam-se correções em abundância, promovendo-se mais agilidade no que se refere à expedição desses atos administrativos.

3.4.1 Os trâmites da nota técnica

Antes de demonstrar, passo a passo, a investigação, é fundamental evidenciar como ocorre o trâmite documental da nota técnica, do seu processo de produção ao seu processo de despacho. Ao surgir determinada demanda, um analista de um dos departamentos inicia a elaboração da respectiva nota. Ao terminar a produção do texto, encaminha-o, por meio de despacho, à CRELEG, para a revisão legal. É importante ratificar que o analista Luiz Gonzaga, responsável por essa revisão, também efetua, esporadicamente, correções gramaticais nos textos, mesmo não tendo formação para tal. Após passar pela CRELEG, a nota técnica é encaminhada à SECREV, para ser revisada segundo aspectos técnicos e gramaticais.

Chegando à SECREV, esse tipo documental é tramitado inicialmente para Geraldo, que efetua as devidas correções gramaticais e técnicas, assinalando, a lápis, as possíveis inadequações e fazendo apontamentos quando necessário. Concluindo esta atribuição, esse analista encaminha pessoalmente o documento à Patrícia, chefe da divisão. Esta promove também correções técnicas e, raras vezes, adequações gramaticais. Ambos, além das referidas correções, revisam o texto de modo global, tornando-o mais conciso e coerente.

Após concluir sua revisão, Patrícia encaminha o documento novamente ao departamento que o elaborou. O analista elaborador confere as correções efetuadas, analisando se são coerentes, aceitando ou não o que foi corrigido. Pondo termo a essa verificação, encaminha ao gerente e ao diretor do departamento, para que ambos façam a análise final do texto e, não havendo objeção, autorizem a expedição do documento. Concordando com as modificações propostas pela SECREV, o respectivo departamento encaminha outra versão corrigida da redação, para, então, o documento ser expedido. A versão anterior passa a ser rascunho, sendo colocada em bandeja específica da SECREV. Entretanto, não havendo anuência dessa divisão, o analista, o coordenador e o diretor fazem os apontamentos necessários e encaminham, novamente, esse ato à SECREV, para que o caso seja revisto por esta divisão. Assim, quanto mais tramitações ocorrerem, mais versões serão criadas, até que se chegue à versão definitiva, situação em que o documento deverá ser assinado pelo Secretário Geral do órgão e, finalmente, enviado ao destino estabelecido.

3.5 MÉTODOS EMPREGADOS

3.5.1 Tipo de pesquisa utilizada

Na realização deste trabalho, empregaram-se dois tipos de pesquisa, a quantitativa e a qualitativa, de modo que o meio de investigação deu-se por intermédio do estudo de campo. Moresi (2003) define pesquisa quantitativa como a que considera que todos os dados obtidos podem ser mensuráveis, quantificáveis, traduzindo-se em números opiniões e informações para classificação e análise. Este tipo de pesquisa requer o uso de técnicas e recursos estatísticos. Já a qualitativa é definida por esse autor como a que considera haver relação direta entre a realidade e o sujeito, não podendo ser traduzida em números. Nela, interpretam-se os dados e atribuem-se a estes significados. Esse tipo de pesquisa não requer a utilização de métodos e técnicas estatísticas.

3.5.2 Formulário de análise

Evidenciado o processo de trâmite documental, pode-se, agora, demonstrar os métodos empregados na realização da pesquisa. Como primeiro passo, elaborou-se um formulário de análise³, contendo no cabeçalho: a espécie documental, o nome do departamento, a data da análise e o nome do analista elaborador. No restante do formulário, há, em forma de tabela, o quantitativo de ocorrência de estruturas intercaladas, de inadequações e de adequações. Quanto ao processo de revisão, há, nessa folha, a quantidade de correções efetuadas adequadamente, efetuadas equivocadamente, e a quantidade de casos omissos, ou seja, situações em que o revisor não percebe a inadequação ou a ausência de pontuação, não efetuando nenhuma modificação. A elaboração desse modelo de análise objetivou a obtenção de dados quantitativos que servissem de referência para uma análise qualitativa, capaz de verificar se a presença ou ausência das vírgulas nas intercalações provocou alterações de sentido nos enunciados dos textos analisados.

3.5.3 Exame documental

Após a elaboração do formulário, procedeu-se da seguinte maneira: ao se perceber a presença de rascunhos na bandeja, tiravam-se cópias desses documentos e procedia-se à análise conforme o teor do modelo elaborado. Efetuando-se tal exame, aguardava-se a versão definitiva do documento, para que se fizessem comparações desta com o rascunho do documento, com a pretensão de saber se as modificações executadas pela SECREV foram acolhidas pelo departamento. No período de duas semanas (16 a 27 de setembro), foram analisadas quinze notas técnicas. Tal exame ocorreu de forma aleatória, isto é, havendo demanda de expedição, procedia-se à análise desses textos. Os textos analisados foram transcritos para uma folha avulsa, para posteriores discussões.

³ Modelo anexado às últimas páginas do trabalho.

3.5.4 Entrevistas

O segundo passo foi promover contato com Geraldo, o analista revisor. Assim, num primeiro momento, foi-lhe apresentado o objeto da pesquisa e também explicado o motivo da conversa. Em seguida, expondo-se a ele as cópias dos rascunhos examinados e a cópia da versão definitiva do documento, discutiu-se sobre o teor de cada um deles, visando-se compreender o porquê das correções, das omissões e dos equívocos. Isso serviu de base para se avaliarem os conhecimentos do revisor sobre o emprego da vírgula no caso específico (sua utilização nas intercalações).

A próxima etapa foi estabelecer contato com todos os analistas elaboradores, buscando-se entender o processo de elaboração. Foi-se a cada departamento e, como na fase anterior, apresentou-se a cada analista o objeto da pesquisa. Da mesma forma que anteriormente, os rascunhos e as versões finais serviram de referência para se promoverem as discussões e para se avaliar o conhecimento sobre o assunto em questão.

Todos os analistas que elaboraram as notas técnicas foram entrevistados, exceto o analista Juliano, que, no período da investigação, encontrava-se em gozo de férias. Apesar disso, os dados dos documentos que ele elaborou serviram de referência para a análise quantitativa. Cada entrevista aconteceu informalmente, como uma espécie de diálogo descontraído, não havendo nenhum tipo de roteiro que norteasse essa conversa, embora tenham sido feitas perguntas mais ou menos similares.

Ao final dessas etapas, tiraram-se conclusões definitivas acerca de como são feitos os processos de elaboração e de revisão dos textos oficiais do referido órgão, no que se refere ao emprego da vírgula nas intercalações, auferindo-se, assim, o grau de conhecimento dos avaliados em relação à adequada utilização desse sinal de pontuação, e, com base nessa constatação, dando um retorno a cada um dos pesquisados, mediante a apresentação de métodos que melhorem o processo de revisão.

3.5.5 Um retorno interventivo

Tudo o que foi realizado na pesquisa incentivou a elaboração de uma cartilha contendo os fundamentos do emprego da vírgula. Nesse compêndio, apesar de se abordar esse sinal de pontuação numa noção geral, dá-se ênfase a situações mais específicas de virgulação, como: intercalações, aposições e explicações. De modo mais específico, o livreto em questão estruturou-se em três capítulos: o primeiro explicando a importância de uma adequada pontuação no texto escrito; o segundo tratando das principais regras de pontuação (por exemplo, a que proíbe o uso da vírgula entre sujeito e verbo); e último abordando o objeto da pesquisa, - a utilização da vírgula nas orações intercaladas.

O último passo da pesquisa foi o estabelecimento de um acordo entre o pesquisador e os colaboradores da pesquisa, de modo que o primeiro comprometeu-se a distribuir, posteriormente, a cartilha aos revisores da *SECREV* e aos departamentos (não somente aos analistas elaboradores), já que o objetivo fundamental da intervenção foi atingir a todos componentes do conjunto departamental, não apenas os responsáveis pela elaboração/revisão dos documentos oficiais.

4. ANÁLISE DE DADOS

4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA

Para se analisarem os dados quantitativamente, consideraram-se, no processo de revisão, o total de documentos corrigidos e a quantidade de correções adequadas, equivocadas e casos omissos⁴. Já no processo de elaboração, consideraram-se o total de estruturas intercaladas de cada texto documental e a quantidade de inadequações e adequações no uso dessas estruturas. Apesar de haver quatro departamentos (D1, D2, D3 e D4), somente três destas divisões, D1, D2 e D3, foram analisadas na pesquisa, já que D4 não expediu nenhuma nota técnica no período da pesquisa.

Cada nota técnica recebeu, de cada departamento, uma numeração, e cada analista obteve um nome fictício. Desse modo, seguem-se os trechos dos formulários de análise de cada elaborador, agrupados por departamento.

D1

Nota Técnica 18	Analista: Ana Cláudia
Processo de elaboração	Processo de revisão
Estruturas intercaladas: 6	Correções adequadas: 0
Inadequações: 0	Correções inadequadas: 0
Adequações: 6	Casos omissos: 0

Aproveitamento do analista: 100%

Aproveitamento do revisor: não se aplica

Nota Técnica 19	Analista: Bruno
Processo de elaboração	Processo de revisão
Estruturas intercaladas: 13	Correções adequadas: 3
Inadequações: 3	Correções inadequadas: 0
Adequações: 10	Casos omissos: 0

Aproveitamento do analista: 76,96%

Aproveitamento do revisor: 100%

⁴ Na análise em questão, casos omissos são situações em que o revisor deveria efetuar correções no texto, mas que, por motivo de desatenção ou falta de conhecimento, não o fez.

Nota Técnica 20	Analista: Marcos
Processo de elaboração	Processo de revisão
Estruturas intercaladas: 8	Correções adequadas: 0
Inadequações: 0	Correções inadequadas: 0
Adequações: 0	Casos omissos: 0

Aproveitamento do analista: 100%

Aproveitamento do revisor: não se aplica

Nota Técnica 21	Analista: Reinaldo
Processo de elaboração	Processo de revisão
Estruturas intercaladas: 14	Correções adequadas: 5
Inadequações: 6	Correções inadequadas: 0
Adequações: 8	Casos omissos: 1

Aproveitamento do analista: 57,1%

Aproveitamento do revisor: 83,3%

Nota Técnica 22	Analista: Reinaldo
Processo de elaboração	Processo de revisão
Estruturas intercaladas: 7	Correções adequadas: 1
Inadequações: 1	Correções inadequadas: 0
Adequações: 6	Casos omissos: 0

Aproveitamento do analista: 85,7%

Aproveitamento do revisor: 100%

D2

Nota Técnica 16	Analista: Luiz Roberto
Processo de elaboração	Processo de revisão
Estruturas intercaladas: 5	Correções adequadas: 0
Inadequações: 3	Correções inadequadas: 0
Adequações: 2	Casos omissos: 3

Aproveitamento do analista: 40%

Aproveitamento do revisor: não se aplica

Nota Técnica 17	Analista: Luiz Roberto
Processo de elaboração	Processo de revisão
Estruturas intercaladas: 10	Correções adequadas: 1
Inadequações: 1	Correções inadequadas: 0
Adequações: 9	Casos omissos: 0

Aproveitamento do analista: 90%

Aproveitamento do revisor: 100%

Nota Técnica 18	Analista: Alberto
Processo de elaboração	Processo de revisão
Estruturas intercaladas: 12	Correções adequadas: 2
Inadequações: 2	Correções inadequadas: 0
Adequações: 9	Casos omissos: 0

Aproveitamento do analista: 75%

Aproveitamento do revisor: 100%

Nota Técnica 19	Analista: Juliano ⁵
Processo de elaboração	Processo de revisão
Estruturas intercaladas: 9	Correções adequadas: 2
Inadequações: 2	Correções inadequadas: 0
Adequações: 7	Casos omissos: 0

Aproveitamento do analista: 77,7%

Aproveitamento do revisor: 100%

D3

Nota Técnica 12	Analista: Laisa
Processo de elaboração	Processo de revisão
Estruturas intercaladas: 15	Correções adequadas: 0
Inadequações: 0	Correções inadequadas: 0
Adequações: 15	Casos omissos: 0

Aproveitamento do analista: 100%

Aproveitamento do revisor: não se aplica

4.1.1 Interpretação dos dados

4.1.1.1 Processo de elaboração

Com base nos dados anteriormente expostos, conclui-se que, de um total de oito analistas avaliados, somente três tiveram total aproveitamento na análise, de modo que isso equivale a 24% de efetividade nesse processo.

⁵ Tal analista não foi entrevistado, pois se encontrava de férias no período da pesquisa.

4.1.1.2 Processo de revisão

Considerando-se os dados, conclui-se que, de um total de dez notas técnicas corrigidas, o revisor teve total aproveitamento em cinco correções, de forma que isso equivale a 50% de efetividade nesse processo.

4.2 ANÁLISE QUALITATIVA

A análise quantitativa de ambos os processos (revisão e elaboração) serviu de base para se averiguarem os conhecimentos do revisor e dos analisas em relação ao emprego da vírgula, especialmente no que se refere às orações intercaladas, possibilitando, conseqüentemente, uma análise qualitativa, capaz de evidenciar o que subjaz às escolhas dos analistas no emprego das intercalações, bem como demonstrar os motivos das correções do revisor.

4.2.1 Entrevista com o revisor Geraldo

A entrevista ocorreu de modo informal, de modo que, no diálogo, procurou-se diagnosticar as noções do revisor sobre virgulação, bem como as noções sobre termos ou orações intercaladas.

Assim, num primeiro momento, foram apresentados a Geraldo os documentos corrigidos, refletindo-se sobre o motivo das correções e o porquê das omissões.

Geraldo demonstrou conhecer as noções básicas do emprego da vírgula, pois, no momento do diagnóstico, afirmou que a vírgula deveria ser empregada em explicações, enumerações e em elementos coordenados; e não entre sujeito e verbo, verbo e complemento e orações restritivas. Quando perguntado sobre a definição de termos e orações intercaladas, não soube defini-las com precisão, afirmando que são uma espécie de oração que explica o conteúdo de outra e que tem ciência de que, nesse tipo de oração, deve haver duas vírgulas. Quando da apresentação das cópias dos rascunhos com as respectivas correções, duas delas receberam destaque: o rascunho da nota técnica 21, do analista Reinaldo, do D1, e o rascunho da nota técnica 16, do analista Luiz Roberto, do D2.

No primeiro, houve uma inadequação no seguinte trecho: *Cabe aqui, tecer algumas considerações sobre o Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa*. No referido trecho, outra vírgula deveria ter sido inserida logo depois do verbo “caber”, pois há a intercalação do advérbio *aqui* entre os termos da oração reduzida *cabe tecer algumas considerações*. Se houver somente uma vírgula, como no caso, torna-se evidente a separação entre o verbo e seu complemento oracional, situação inadequada segundo Luft (2009), que afirma haver, nesses casos, duas possibilidades: empregam-se duas vírgulas ou não se coloca nenhuma vírgula. O revisor foi omissivo nesse caso, pois não efetuou os ajustes nesse trecho.

No rascunho da nota técnica 16, houve três trechos inadequados, que, inclusive, não foram corrigidos pelo revisor da SECREV. O primeiro deles é: *Mensagem ao Congresso Nacional que encaminha para apreciação o texto da Decisão 02/12*, que, contendo a estrutura *para apreciação* intercalada, deveria ser pontuado com duas vírgulas, uma logo após o verbo “encaminha” e outra após a palavra *apreciação*. Apesar de não ser considerada inadequação grave, o melhor, nessa situação, seria virgular duplamente, para que ficasse em evidência o encaixe, elemento que interrompe a sequência lógica da frase, o fluxo normal do pensamento (LUFT, 2009).

No segundo trecho *Segundo a SEAIN/MP, na mencionada ação 00HF a dotação orçamentária deve contemplar..*, percebe-se a ausência da segunda vírgula, que deveria ser introduzida imediatamente após o termo *mencionada ação 00HF*, para se destacar a intercalação do adjunto adverbial deslocado.

O terceiro trecho contempla um caso de intercalação extensa, também não virgulada adequadamente por seu elaborador, já que as duas vírgulas responsáveis por evidenciar a oração interferente não estão presentes, somente uma: *informa que se for adotado o mesmo valor pago em 2012 de US\$ 2.150.00 (dois milhões, cento e cinquenta mil dólares) e somar a contribuição ao ISAGS para 2013 ao câmbio de R\$ 2,38 por dólar, será necessária uma suplementação orçamentária...*; devendo, assim, ser pontuado: *“informa que, se for adotado o mesmo valor pago em 2012 de US\$ 2.150.00 (dois milhões, cento e cinquenta mil dólares) e somar a contribuição ao ISAGS para 2013 ao câmbio de R\$ 2,38 por dólar, será necessária uma suplementação orçamentária...”*.

Questionado, na entrevista, sobre essas omissões, Geraldo afirmou que simplesmente houve falta de atenção, já que tem convicção de que, em todos esses casos, devem-se empregar duas vírgulas para que se mostre a mudança da ordem direta da oração.

4.2.2 Entrevista com os analistas

4.2.2.1 Reinaldo

Ao ser abordado, Reinaldo mostrou-se meio apreensivo no momento da apresentação do objeto da pesquisa. Afirmou, de imediato, que sua noção sobre a norma padrão era insuficiente, pois esteve em contato com os conhecimentos gramaticais somente na época em que se preparou para o concurso do cargo que ocupa atualmente. Perguntando-se ao colaborador sua noção sobre termos e orações intercaladas, afirmou que não “fazia ideia” do que seria, todavia, sendo-lhe indicados trechos da nota técnica contendo tais estruturas, Reinaldo percebeu que as utilizava com mais frequência do que imaginava.

Questionado sobre a finalidade de se utilizarem tais estruturas, não precisou uma finalidade, asseverando que escrever dessa forma tornou-se um hábito, já que sempre esteve em contato com esse tipo de texto. Isso reforça o fato de que saber empregar regras diferencia-se do conhecimento acerca destas.

Com base na entrevista, percebeu-se o pouco conhecimento de Reinaldo em relação à gramática normativa, principalmente quanto ao emprego da vírgula, pois virgoulou, de forma inadequada, grande parte dos textos das notas que elaborou. Além disso, no seguinte trecho de uma das notas de sua autoria, empregou a vírgula entre sujeito e verbo, e não utilizou esse sinal em uma intercalação do período: *Sobre o assunto, essa Área Técnica, entende que **na forma inicialmente estabelecida** a aplicação das restrições do art. 3º...*

4.2.2.2 Laisa

A analista Laisa demonstrou ter significativos conhecimentos gramaticais, pois, ao ser questionada acerca do que seriam orações e termos intercalados, afirmou serem expressões que,

sendo colocadas entre o sujeito e o predicado, interrompem a ordem direta da oração, precisando estar entre vírgulas. Perguntando-se a ela com que finalidade empregou essas intercalações na nota que elaborou, disse que utiliza esse tipo de estrutura para dar destaque à informação que é posta entre vírgulas, pois, segundo ela, se tal informação for inserida na sequência direta da oração não receberá a atenção necessária. Nota-se que Laisa domina, de modo suficiente, os conhecimentos gramaticais, pois, na nota que elaborou, não há nenhuma inadequação gramatical, principalmente em relação à pontuação.

4.2.2.3 Ana Cláudia

A entrevista com a analista Ana Cláudia teve desdobramentos similares à que foi realizada com o analista Reinaldo, do D1, já que, no decorrer desta, tal analista também afirmou não ter noção do que significavam orações e termos intercalados, porém, ao visualizar os trechos da nota que elaborou, contendo tais estruturas, notou que tinha conhecimento sobre o assunto, empregando-as na grande maioria das notas que elaborou. No momento da conversa, outra analista, não colaboradora da pesquisa, resolveu fazer parte do diálogo, dizendo que tinha muitas dúvidas em como empregar a pontuação nos documentos, por isso prestou atenção ao que era discutido. Em decorrência dessa inclusão, o questionamento sobre o porquê do emprego dessas estruturas passou a ser coletivo, buscando abranger também a opinião dessa analista. Ana Cláudia hesitou ao opinar sobre o assunto, afirmando que sempre pontua de forma intuitiva e escreve sem se preocupar com regras gramaticais, não compreendendo, inclusive, as regras de análise sintática. Entretanto, assegurou que, dependendo do tipo de assunto, os analistas têm o hábito de antecipar as informações mais importantes, inserindo-as no meio da oração principal. A outra analista concordou integralmente com o que foi dito por Ana Cláudia.

A entrevista deixa claro que conhecer nomenclaturas ou regras não é indicativo do emprego adequado das regras por parte de quem pontua.

4.2.2.4 Marcos

Ao tomar conhecimento do objeto de pesquisa, tal analista expôs sua formação, afirmando ter se graduado, primeiramente, em Direito, e, posteriormente, em Letras. A entrevista ocorreu de forma breve, pois esse analista mostrou-se meio rude, não dando a oportunidade de discussões

referentes ao documento que elaborou, nem a respeito de seu conhecimento sobre questões de pontuação. Marcos não empregou, de forma inadequada, nenhum sinal de pontuação no texto da nota que elaborou.

4.2.2.5 Luiz Roberto

Apesar de ser uma entrevista rápida, pôde-se perceber que Luiz Roberto tem noções satisfatórias quanto ao emprego da vírgula, visto que enumerou os principais casos em que se deve fazer uso da vírgula, bem como os casos de virgulação proibida. Assim, afirmou que o emprego desse sinal dá-se em orações explicativas, no apostro e em coordenações de termos. Já em relação aos casos proibidos, ponderou o caso de vírgula entre o sujeito e o predicado, e em orações adjetivas restritivas. Ao ver a nota que elaborou, esse colaborador mostrou-se surpreso, pois notou um trecho que apresentava uma inadequação no uso da vírgula, uma oração adjetiva explicativa usada como oração interferente no texto, mas que foi pontuada somente com uma vírgula: *A Decisão CMC nº 29/10, que estabelece o orçamento anual da Secretaria do TPR e seu financiamento em partes iguais pelos Estados Partes foi submetida ao Congresso Nacional e aprovada por meio do Decreto....* Em relação a esse uso impróprio, afirmou que, apesar de saber como utilizar a vírgula nesses casos, acha que, por elaborar esses documentos com pressa, às vezes, acaba por “pecar” na pontuação.

Os dados obtidos na entrevista demonstram que o analista tem noções razoáveis de pontuação e não emprega os sinais de pontuação sem embasamento gramatical.

4.2.2.6 Alberto

A entrevista com esse analista realizou-se de forma diferenciada: por contato telefônico. Apesar da insistência, Alberto, ao longo de toda a pesquisa, afirmou, repetidas vezes, que não podia dar entrevista por estar com excesso de serviço. Entretanto, certo dia, resolveu ligar, afirmando que poderia dar a entrevista somente por telefone. Como não havia outra maneira, assim foi feito. Em virtude da impossibilidade de se fazer algum tipo de demonstração em relação a quaisquer construções sintáticas, avaliaram-se somente os conhecimentos básicos sobre vírgula. Desse modo, perguntou-se sobre quando empregar ou não a vírgula. Sobre esse questionamento,

respondeu evasivamente que qualquer analista tem o dever de saber pontuar bem, sendo uma resposta lógica, e não quis estender-se na conversa.

Os números da análise quantitativa demonstram que nem tudo o que foi dito pelo analista apresenta veracidade, já que, em sua nota, houve dois casos inadequados de pontuação em orações intercaladas. No primeiro trecho, empregou-se somente uma vírgula na intercalação: *O órgão informa, por meio do Ofício nº 386, da Companhia Nacional de Abastecimento que o limite estabelecido na Portaria MP 268...* . Já no segundo trecho, não se empregou nenhuma vírgula nas intercalações do período: *Destaca ainda que para se adequar ao contingenciamento nas despesas com diárias e passagens muitos empregados estão retornando às suas bases....*

4.2.2.7 Bruno

O analista Bruno foi um dos mais atenciosos ao dar entrevista, pois expôs várias informações importantes de forma proativa, mostrando-se preocupado em contribuir com a pesquisa. Assim, sendo interrogado sobre suas noções de virgulação em estruturas intercaladas, afirmou, num primeiro momento, que não se lembrava do que se tratava; todavia, como ocorreu nas entrevistas com os outros analistas, ao visualizar o texto da nota técnica que elaborou, constatou que lidava com esse tipo de construção frequentemente. Ao ser perguntado sobre a finalidade de se empregarem intercalações nos textos, respondeu que esse emprego tem a finalidade de chamar a atenção do leitor para a informação que é antecipada, buscando-se enfatizá-la, dar-lhe foco. Asseverou, ainda, que prefere a forma direta de se escrever, mas que, quando sente a necessidade de enfatizar algum aspecto, intercala as frases. Fez questão de dizer, inclusive, que a maioria dos analistas, por questão de celeridade no andamento dos trâmites documentais, têm confiança no processo de revisão, não elaborando, com muito esmero, os documentos. Essa última declaração confirma uma possível negligência no processo de elaboração de documentos, visto que o analista Luiz Roberto fez afirmação similar.

Mesmo demonstrando ter noções de virgulação, esse colaborador, em algumas situações, empregou, de forma inadequada, a vírgula nas intercalações. Uma dessas inadequações, na qual se empregou somente uma vírgula na estrutura intercalada, é evidenciada no seguinte trecho: *A Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPAC/MP) encaminhou à Secretaria de Orçamento Federal para*

manifestação, indagação a respeito da possibilidade de utilização dos recursos empenhados na ação orçamentária....

4.2.3 Análise geral

Com base nos dados quantitativos e no teor das entrevistas realizadas, puderam-se tirar algumas conclusões. A primeira delas é que os dados quantitativos, por si só, não foram capazes de mensurar, precisamente, o grau de conhecimento dos analistas e do revisor em relação à pontuação, pois, procedendo-se à análise comparativa entre o quantitativo de inadequações e as informações obtidas nas entrevistas, pôde-se perceber que alguns dos analistas, mesmo utilizando a vírgula de forma inadequada em seus documentos, tiveram um bom desempenho na entrevista, demonstrando apresentarem noções suficientes de pontuação, principalmente nas estruturas parentéticas. Assim, apesar de não conhecerem a nomenclatura das construções em questão, empregam-nas tendo a noção de que estas devem vir entre vírgulas, parâmetro que, segundo eles, é utilizado para casos em que a oração apresentar seus termos na ordem indireta.

Outra conclusão importante é a constatação de que grande parte dos entrevistados elabora suas notas com estruturas parentéticas quando desejam enfatizar a informação que viria por último na oração, estando esta sob a forma de termo ou oração. Um dos trechos que demonstram esse aspecto é o da nota técnica 12, da analista Laisa, do D3: *O corte inviabilizará o funcionamento de novas unidades, 20 unidades já concluídas e outras 100 em fase de conclusão, porém, **por falta de recursos**, permanecerão fechadas...* . No referido trecho, a analista poderia empregar o período na ordem direta se desejasse: *O corte inviabilizará o funcionamento de novas unidades, 20 unidades já concluídas e outras 100 em fase de conclusão, porém permanecerão fechadas **por falta de recursos***. Entretanto, com a finalidade de enfatizar o motivo trazido pela expressão, intercalou a frase *por falta de recursos*, possibilitando, assim, o devido realce.

Um terceiro aspecto que merece destaque diz respeito às inadequações de pontuação nas estruturas parentéticas ou intercaladas, considerando-se alguns aspectos dessas construções, como: extensão e conteúdo semântico.

4.2.3.1 Extensão

Quanto à extensão, percebe-se que as inadequações de virgulação ocorreram com mais frequência nas estruturas intercaladas de longa extensão do que naquelas de curta extensão. Em outras palavras, notou-se que as intercalações longas trouxeram mais problemas de pontuação, restando poucas ocorrências no caso das construções menos extensas. Especificando o problema, há a percepção de que, nessas construções longas, empregou-se somente uma vírgula, a que introduz ou a que finaliza a intercalação. O que corrobora com essa percepção é a comparação de dois fragmentos de uma mesma nota técnica, elaborada pelo analista Luiz Roberto, do D2, em que são empregadas duas estruturas parentéticas, uma longa e outra curta. A primeira é virgulada de forma adequada: *Adicionalmente, cabe informar que as contribuições em comento, seja de qualquer ordem, não constam do Anexo específico da LDO-2013.* Já a segunda, a de longa extensão, contém um problema de pontuação, já que somente uma vírgula é empregada na estrutura interferente em destaque: *Por sua vez, a Decisão CMC nº 29/10, que estabelece o orçamento anual da Secretaria do TPR e seu financiamento em partes iguais pelos Estados Partes foi submetida ao Congresso Nacional e aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 246.* Em relação ao não emprego da primeira vírgula nas estruturas parentéticas, destaca-se um trecho de outra nota do analista Luiz Roberto: *informa que se for adotado o mesmo valor pago em 2012 de US\$ 2.150.00 (dois milhões, cento e cinquenta mil dólares) e somar a contribuição ao ISAGS para 2013 ao câmbio de R\$ 2,38 por dólar, será necessária uma suplementação orçamentária...* . Isso parece ocorrer em decorrência do excesso de informações presentes na estrutura intercalada, fato que prejudicaria o raciocínio no momento da escrita, promovendo um esquecimento de que outra vírgula deveria ser empregada.

4.2.3.2 Conteúdo semântico

Como foi mencionado anteriormente, os analistas utilizam intercalações de termos e de orações visando enfatizar a informação contida em cada um destes. Analisando-se o texto das notas técnicas, é possível notar uma predileção, por parte desses elaboradores, em utilizar intercalações com determinados conteúdos semânticos. Assim, entre as mais utilizadas, estão as

que indicam finalidade, condição e causa; e, entre as menos utilizadas, estão as de valor indicativo de tempo, meio e conformidade. Tais intercalações são expressas por meio de orações (reduzidas ou desenvolvidas), advérbios e locuções adverbiais, e conjunções de valor adversativo e conclusivo. Possivelmente, a explicação para essa preferência dá-se em virtude do relevo que recebem esses conteúdos semânticos ao serem utilizados intercaladamente. Desse modo, determinado conteúdo semântico não obteria o devido destaque se não fosse antecipado por meio da intercalação. No trecho da nota 12: *Dessa forma, se postas em prática, essas ações acarretarão prejuízo no atendimento ao cidadão, uma vez que muitas Unidades...*, a estrutura em destaque apresenta, semanticamente, um valor condicional, que se sobressai ao ser empregado sob a forma parentética. Se essa estrutura fosse inserida no fim do período, obedecendo à ordem direta da oração, provavelmente, não atrairia o foco para si, e, conseqüentemente, a intencionalidade de quem a elaborou - que pede implicitamente para que não se pratiquem as ações -, ficaria prejudicada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aliando a teoria e os procedimentos utilizados na pesquisa aos resultados obtidos, puderam-se traçar algumas considerações acerca dos processos envolvidos no emprego da pontuação, isto é, do que subjaz ao ato de pontuar, considerando as escolhas, os efeitos de sentido pretendidos e a intencionalidade de quem elabora um texto, além do contexto enunciativo em que está inserido esse processo.

Na pesquisa, apesar de se propor a análise do emprego da vírgula em intercalações nos textos oficiais, o objetivo maior da investigação foi compreender, por intermédio de uma análise específica, questões mais amplas no que diz respeito ao ato de pontuar, abrangendo-se, inclusive, os problemas relacionados ao ensino e à aprendizagem desse recurso textual no contexto escolar. Desse modo, as conclusões relacionadas ao caso específico serão extrapoladas para um contexto mais amplo.

A primeira conclusão a que se pode chegar é a percepção de que a memorização das regras de pontuação não basta por si só, já que grande parte dos analistas, ao serem entrevistados, expuseram, com certa eloquência, os casos em que se deve utilizar a vírgula, bem como os casos em que a utilização desse sinal gráfico não é permitida. Apesar disso, pôde-se perceber que, mesmo conhecendo as regras, esses elaboradores não empregaram a vírgula adequadamente nas estruturas intercaladas. Além disso, houve alguns colaboradores que, em seus textos, empregaram a vírgula entre o sujeito e seu verbo, demonstrando não ter noções primárias de virgulação.

Esse fato pode estender-se ao contexto de sala de aula, em que a maioria dos professores de Língua Portuguesa aplica, quase sempre, a mesma metodologia de ensino, a de apresentar aos alunos somente a parte normativa da pontuação, demonstrando as regras e impondo-lhes estas como absolutas. Ao proceder dessa maneira, o professor deixa de lado outros aspectos relacionados à pontuação, como seu caráter subjetivo, a perspectiva discursiva, a possibilidade de permuta dos sinais, e o uso natural na elaboração de textos.

Com base nessa percepção, pode-se afirmar que, não havendo uma mudança nos métodos do professor, o aluno poderá concluir o ensino médio sem compreender a pontuação numa perspectiva mais ampla, levando, assim, essa defasagem para a vida social e encontrando

dificuldades ao lidar com as práticas de uso da língua exigidas pelo mercado de trabalho ou pelo curso superior.

Ainda com relação aos desdobramentos de um ensino deficitário, as consequências podem ser ainda maiores, de modo que o referido aluno poderá concluir seu curso superior, empossar-se em um cargo público, e, ainda assim, continuar a ter noções falhas das práticas de uso da língua, principalmente aquelas referentes à pontuação. Isso poderá comprometer diretamente esse profissional, prejudicando, inclusive, a celeridade processual como um todo na repartição.

Relacionando o que foi mencionado à realidade do órgão analisado, nota-se certa similaridade entre ambos, já que alguns dos analistas em questão, mesmo tendo curso superior e sendo concursados, demonstram não saber empregar adequadamente os sinais de pontuação, e isso decorre, provavelmente, do ensino deficitário que tiveram na escola.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito à celeridade processual no referido órgão. Em outros termos, o andamento dos processos depende muito do método de revisão, ou seja, quanto mais inadequações o documento apresentar, mais vezes será revisado (considerando-se haver uma revisão efetiva), não sendo expedido enquanto não apresentar um texto adequado. Assim, pode-se perceber a relação entre o ensino e suas consequências na vida profissional, podendo ser positivas ou negativas.

Quanto ao questionamento proposto no início da pesquisa, pode-se concluir, com base nos resultados obtidos, que a vírgula não é empregada, eficazmente, nas orações intercaladas, uma vez que a efetividade desse emprego totalizou um percentual de cinquenta por cento.

Outra conclusão a que se pôde chegar diz respeito à importância da formação continuada de cada profissional. Dessa maneira, nota-se a necessidade da criação de programas que incentivem o profissional a suprir suas carências mediante a realização de cursos presenciais ou a distância. Esse tipo de iniciativa, com certeza, será o diferencial na prestação dos serviços públicos e privados.

Considerando-se todos os aspectos citados, conclui-se que grande parte dos problemas de pontuação está relacionada a um ensino extremamente prescritivo e nada inovador, que, tendo por base somente a gramática normativa, tolhe a capacidade do aluno de inovar, impedindo-lhe de compreender os diversos critérios envolvidos no ato de pontuar um texto. Essa conclusão deixa evidente o alcance do objetivo proposto, pois, tendo por base os resultados e a toda experiência

obtida na realização da pesquisa, pôde-se ter uma noção mais ampla acerca dos processos envolvidos na pontuação.

Um das soluções viáveis para a educação é a mudança nos métodos empregados pelo educador, de modo que se estabeleça um ensino de pontuação inovador e abrangente, que englobe, além dos critérios sintáticos, outros que sejam pertinentes à utilização desse recurso, principalmente, os de caráter discursivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa/ 2 ed**, São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo, 1928 - **Moderna Gramática Portuguesa/ 37. ed. rev. e ampl.** Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CÂMARA, Tania Maria Nunes de Lima. *Leitura e escrita: a relevância da pontuação expressiva*. Disponível em: < <http://alb.com.br>. Acessado em 09/09/2013.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley, 1917 - 1989. **Nova gramática do português contemporâneo/5ª. ed.** - Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FARACO, Carlos Emílio & MOURA, Francisco Marto. **Gramática**. 19 ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

FERREIRA, Ariadna dos Reis Araújo. Os sinais de pontuação são marcas constitutivas de sentido?. Crátulo: *Revista de Estudos Linguísticos e Literários*. Patos de Minas: UNIPAM, (1): 151-164, ano 1, 2008.

FURTADO, Júlio. Docência e alteridade. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br>. Acessado em: 04/11/2013.

LEAL, Ferraz Telma & GUIMARÃES, Lisbôa Gilda. Por que é tão difícil ensinar a pontuar? *Revista Portuguesa de Educação* [On-line] 2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org>> ISSN 0871-9187. Acessado em: 27/8/2013.

LUFT, Celso Pedro, 1921 – 1995. *A vírgula: considerações sobre o seu ensino e emprego/2 ed.* São Paulo: Ática, 2009.

MORESI, Eduardo. Metodologia de pesquisa. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br>. Acessado em: 10/11/2013.

MUNIZ, Valéria Campos. A implicatura da tríplice funcionalidade da pontuação. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br>. Acessado em: 08/11/2013.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 42. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

SILVA, Anderson Cristiano da. A perpetuação do imaginário enunciativo: concepções sobre o emprego da vírgula por alunos do ensino superior. Disponível em: <http://www.inventario.ufba.br>. Acessado em: 02/09/2013.

_____. A pontuação e a constituição de sentidos: um estudo dialógico em texto midiático impresso. *RBLA*, Belo Horizonte, v.11, n; 1, p. 73-93, 2011.

_____. O uso das vírgulas por uma abordagem enunciativa. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0011_0004_01.pdf. Acessado em: 25/08/2013.

VANZING, Alceu & MARMENTINI, Viviane. Vírgula: explicação ou complicação. Disponível em: <http://linguanostra.ipuc.edu.br>. Acessado em: 27/8/2013.

ANEXOS

FORMULÁRIO DE ANÁLISE

Espécie documental: Nota Técnica

Depto:

Data da análise:

Nome do Analista elaborador:

Processo de elaboração

Quantitativo total		
Estruturas intercaladas	Inadequações	Pontuadas adequadamente:

Processo de revisão

Quantitativo total		
Correções adequadas	Correções equivocadas	Casos omissos

Posicionamento do revisor quanto às correções equivocadas: